

A PRODUÇÃO DISCURSIVA DA PROSTITUTA COMO DIFERENÇA E A CONSTRUÇÃO DE NOVAS (?) FACES DA PROSTITUIÇÃO

Dorotea Santana

Centro Universitário UNA-BH

E-mail: doroteasantana@yahoo.com.br

Sandra Azeredo

Universidade Federal de Minas Gerais

E-mail: sandraazeredo2001@yahoo.com.br

Resumo: O trabalho representa uma etapa inicial no processo mais amplo de entender a construção da prostituição através de um processo de abjeção. Nesta etapa, nosso objetivo é estudar a prática da prostituição no contexto dos discursos contemporâneos sobre a sexualidade, começando com a noção de “dispositivo da sexualidade”, de Michel Foucault, revendo, em seguida, os primeiros movimentos de organização coletiva das prostitutas na década de 1970. Analisamos também as diferentes formulações de lei e as propostas atuais de redefinição do significado da prostituição que buscam construir uma *nova(?)* imagem da prostituição de modo a enfrentar o estigma e a violência sempre ligados ao ato prostitucional.

Palavras chave: Prostituição, Sexualidade, Abjeção, Violência, Estigma.

Abstract: This work tries to understand the construction of prostitution as a process involving abjection, Our aim in this preliminary phase is to study the practice of prostitution in the context of contemporary discourses on sexuality starting from Michel Foucault’s notion of the “deployment of sexuality” and reviewing the first movements of prostitutes’ collective organization since the 1970’s. We also analyze the different law formulations and the redefinition of the meaning of prostitution that are being proposed nowadays to build a *new(?)* image of prostitution that will face the stigma and violence that have been part of the prostitutorial act.

Keywords: Prostitution, Sexuality, Abjection, Violence, Stigma.

Introdução

Apesar de todas as transformações, paradoxos, avanços e recuos que têm acontecido em torno da prostituição, esta, até hoje, ainda apresenta elementos ligados à dominação de gênero, violência e estigmatização. Em outras palavras, carregada de violências e estigmas, a prostituição nos parece ser uma atividade que conserva elementos arcaicos de uma moral sexual civilizada.

Neste trabalho, tentamos entender a violência e o estigma que permanecem associados à prostituição tomando como guia a ideia de exterior constitutivo, desenvolvida a partir do conceito de *différance*, de Jacques Derrida (1982), que possibilita ver a produção social da prostituta como constituindo a diferença necessária para a produção da identidade da mulher. O trabalho de Derrida tem aberto importantes caminhos para pensarmos a questão da violência associada a categorias que ocupam o lugar de exclusão, na medida em que ele propõe a desconstrução dos opostos que constituem a base do pensamento ocidental.

Sustentados pela teorização de Derrida, uma série de estudos têm sido produzidos, mostrando que identidade e diferença são produções discursivas interdependentes, sempre marcadas pela presença do poder, como argumenta Tomaz Tadeu da Silva. Para Silva, “questionar a identidade e a diferença como relações de poder significa problematizar os binarismos em torno dos quais elas se organizam” (SILVA, 2007, p. 83), isto é, o questionamento implica desconstruir esses binarismos, mostrando como eles não são essencialmente dados, mas sim ativamente produzidos de modo a manter relações hierárquicas e de privilégio.

Judith Butler argumenta que a formação do sujeito através do “imperativo heterossexual” exige “a produção simultânea de um domínio de seres abjetos” que “formam o exterior constitutivo relativamente ao domínio do sujeito” (BUTLER, 1999, p.155). Para Butler, o abjeto se refere às zonas “inabitáveis” da vida social, que são, no entanto,

densamente povoadas por aqueles que não gozam do *status* de sujeito, mas cujo habitar sob o signo do “inabitável” é necessário para que o domínio do sujeito seja circunscrito. [...] Neste sentido, pois, o sujeito é constituído através da força da exclusão e da abjeção, uma força que produz um exterior constitutivo relativamente ao sujeito, um exterior abjeto que está, afinal, “dentro” do sujeito, como seu próprio repúdio fundante (BUTLER, 1999, p.155-156).

Discutindo a questão do lesbianismo, Butler torna mais complexa a noção de abjeção, que, para ela, é um processo que “tenta sinalizar o que permanece fora [das] oposições binárias, a ponto mesmo de possibilitar esses binarismos”

(BUTLER, 2002, p. 165). Butler não considera o lesbianismo como apenas “uma dentre muitas formas de impropriedade”. Segundo ela, “não é simplesmente a questão de o que é uma mulher própria ou imprópria, mas o que não é absolutamente concebível como uma mulher!” (BUTLER, 2002, p. 165).

Fazendo uma analogia, pretendemos teorizar a situação da prostituta como ocupando um lugar que, de alguma forma, se relaciona ao lugar que a lésbica ocupa dentro do binário próprio e impróprio, especialmente quando Butler argumenta que

Ainda não somos capazes de considerar aqueles atos e práticas e modos de vida que foram brutalmente excluídos desse mesmíssimo binário próprio e impróprio. Eles não são a pré-história benigna desse binarismo, mas sim seu violento e inominável avesso (BUTLER, 2002, p.166)

Teorizar a prostituição como sendo construída através de um processo de abjeção que coloca a prostituta num lugar além do próprio e impróprio parece-nos ser um caminho promissor—ainda que teoricamente ousado—em direção a ações mais efetivas de enfrentamento do estigma da prostituição e seus impasses, na medida em que possibilita sair da dicotomização e lançar alguma luz na complexidade dessa construção. Para desenvolver essa teorização, no entanto, será necessário, primeiramente, entender melhor o significado da prostituição a partir de suas práticas. Este é o objetivo do presente trabalho. Neste trabalho tentamos, portanto, pensar criticamente o significado da prostituição buscando estudar suas práticas no contexto dos discursos contemporâneos sobre a sexualidade, começando com a noção de “dispositivo da sexualidade”, desenvolvida por Michel Foucault, revendo, em seguida, os primeiros movimentos de organização coletiva das prostitutas na década de 1970. Analisamos também as diferentes formulações de leis relativas à prostituição e as propostas atuais de redefinição do significado da prostituição, que buscam construir uma *nova(?)* imagem das prostitutas.

O dispositivo da sexualidade

○ surgimento das sociedades industriais trouxe uma série de mudanças sociais, econômicas e culturais que afetaram de maneira decisiva o discurso contemporâneo sobre a sexualidade. ○ estabelecimento do capitalismo e da classe burguesa, assim como a crescente concentração urbana, trouxe modificações profundas e duradouras não apenas nas relações sociais e econômicas, mas também no campo das organizações familiares e das relações afetivas e sexuais.

Michel Foucault, no seu primeiro volume da *História da Sexualidade: a*

vontade de Saber (1977, p. 100), introduz uma discussão sobre como esta nova ordem produziu também técnicas inéditas de controle do sexo, através do dispositivo de sexualidade que se estabeleceu no início do século XIX e se estendeu pelo século XX. Trata-se de um dispositivo forjado dentro de todo um conjunto de relações complexas que envolvem ao mesmo tempo jogos de poder e construção de saber em torno da gestão do corpo, do prazer e do sexo. Tal dispositivo atuou no interior de uma lógica capitalista emergente que, longe de reprimir o sexo, incitou a produção de discurso sobre a sexualidade, codificando-a e multiplicando suas expressões. “O dispositivo de sexualidade tem, como razão de ser... proliferar, inovar, anexar, inventar, penetrar os corpos de maneira mais detalhada e controlar as populações de modo cada vez mais global” (FOUCAULT, 1977, p. 46-47).

Foucault vai mostrar que os séculos XIX e XX representaram uma época iniciadora e reforçadora das sexualidades heterogêneas. Ou seja, uma época não de repressão e de introdução de novas interdições no campo sexual, mas, ao contrário, um tempo em que houve uma dispersão das sexualidades e de uma implantação múltipla das “perversões”:

A sociedade “burguesa” e, sem dúvida, a nossa, ainda, é uma sociedade de perversão explosiva e fragmentada. Isso, não de maneira hipócrita, pois nada foi mais manifesto e prolixo, nem mais abertamente assumido pelos discursos e instituições. Não porque, ao querer erguer uma barreira demasiado rigorosa ou geral contra a sexualidade tivesse, a contragosto, possibilitado toda uma germinação perversa e uma séria patologia do instinto sexual. Trata-se, antes de mais nada, do tipo de poder que se exerceu sobre o corpo e sobre o sexo, um poder que, justamente, não tem a forma da lei nem os efeitos da interdição [...] Não fixa fronteiras para a sexualidade, provoca suas diversas formas, seguindo-as através de linhas de penetração infinitas (FOUCAULT, 1977, p. 101).

Com a expansão do capitalismo, com as transformações de seus modos de produção e com o desenvolvimento das classes médias, sobretudo na Europa, uma das expressões mais diretas da evolução desse processo de proliferação de discurso e reafirmação das sexualidades heterogêneas foram os movimentos sociais de 1968. Movimentos estes que, sem romper totalmente com a lógica e mecanismos de saber/poder engendrados pelo dispositivo de sexualidade, anunciaram a desconstrução dos pilares da moral sexual colocada em prática pela sociedade burguesa do século XIX e início de século XX.

No ano de 1968, aconteceu um conjunto de manifestações em vários países, sobretudo nos meios estudantis, caracterizando um período de grande agitação e questionamento das formas vigentes de organização social, política e cultural. Houve, nesta época, uma recusa intensa das regras tradicionais da

sociedade, através de vários protestos contra a rigidez das hierarquias e em favor do estabelecimento de novos valores.

Em meio a múltiplas manifestações e questionamentos de ordem política e social, houve também todo um movimento que clamava por expressões mais livres no que concerne às práticas sexuais em geral. Os preceitos morais que regiam o exercício da sexualidade foram fortemente contestados, dando lugar a críticas, discussões e reivindicações que giravam em torno da liberação dos costumes, do direito ao prazer e à diferença, da não-discriminação e do reconhecimento da diversidade e das minorias sexuais.

Esse contexto propiciou o ressurgimento do movimento feminista que, com uma atuação mais radical, tornou-se mais visível e, também, mais enfático no questionamento da dominação masculina e na reivindicação de igualdade de direitos entre homens e mulheres. Os temas feministas clássicos – tais como a igualdade entre os sexos, a distribuição igualitária das tarefas domésticas entre o casal, maior participação e representatividade das mulheres nas esferas sociais, econômicas e políticas, entre outros – foram amplamente debatidos.

Esse mesmo debate feminista que exigia um reequilíbrio nas relações homem/mulher avançou ainda no sentido de tratar mais diretamente as questões relacionadas à sexualidade da mulher, reivindicando a liberação, o reconhecimento e, principalmente, a valorização do prazer sexual feminino. As mulheres começaram a falar abertamente sobre clitóris, masturbação e orgasmo, reivindicando uma relação sexual mais atrelada aos seus sentimentos e nas quais o seu prazer fosse levado em consideração. A evolução e popularização dos métodos contraceptivos, principalmente o surgimento da pílula anticoncepcional, vieram consolidar essas transformações, criando condições efetivas para que a mulher pudesse se relacionar mais abertamente com a sua sexualidade e se lançar em novos projetos que não a maternidade. A entrada das mulheres no mercado de trabalho, espaço que sempre fora reservado aos homens, em muito contribuiu para que as relações homem/mulher fossem ressignificadas, tanto no seio da dinâmica familiar quanto da sociedade como um todo. Novas configurações de família começam a ganhar visibilidade: famílias monoparentais (geralmente constituída de mulher e prole); filhos criados por terceiros em função da dupla jornada de trabalho dos pais; casais que optam por não terem filhos; famílias construídas a partir de recasamentos; legalização das uniões homossexuais etc.

Consolida-se, então, uma nova era, por assim dizer, em que o exercício sexual vai se tornando cada vez mais pautado no prazer e desvinculado do modelo patriarcal de casamento monogâmico legítimo e com fins reprodutivos.

Numa crescente desconstrução, esse modelo patriarcal foi progressivamente dando lugar a configurações familiares e a modalidades de laços sexuais e afetivos mais flexíveis e adequados às rápidas e constantes transformações da economia capitalista.

Também, os avanços das tecnologias vieram acelerar esse processo, exercendo papel fundamental nas mudanças relativas ao campo da sexualidade no mundo atual. O desenvolvimento das técnicas artificiais de reprodução, o aperfeiçoamento e popularização das cirurgias de mudança de sexo, bem como o desenvolvimento da informática com suas redes de comunicação, trouxeram novas indagações e (in)definições, não apenas no que diz respeito às relações de gênero e à parentalidade, mas também em relação à questão da identidade e da diferença sexual.

Nesse contexto de mudanças, o discurso contemporâneo sobre a sexualidade se caracteriza por possibilitar uma multiplicidade de expressões. Expressões estas que comportam desde as formas mais antigas e tradicionais de exercício da sexualidade até as formas mais modernas e atuais como, por exemplo, a prática de sexo via internet que se tornou altamente difundida, tendo em vista que os sites de pornografia constituem, hoje, uma fonte de lucro bastante significativa na chamada globalização da indústria do sexo. Assim, talvez, as estratégias de poder e saber sobre a sexualidade tenham realmente se modificado. Resta saber, no entanto, se o dispositivo da sexualidade – também renovado nas suas estratégias de poder e saber – não continua sendo um imperativo na construção das *novas(?)* práticas sexuais.

Prostituição e política

De toda maneira, é uma evidência o fato que mudanças sociais relativas ao campo da sexualidade ocorreram. Mudanças estas que repercutiram, evidentemente, sobre as formas e significados tradicionais da prostituição, atividade diretamente relacionada à questão do sexo. Atualmente, estereótipos que aludem à função social da prática prostitucional, como por exemplo, a clássica representação da prostituição como “mal necessário,” se tornaram quase obsoletos. Contesta-se também, como mostra Margareth Rago, a ideia da prostituição como “a mais velha profissão do mundo”, sob a alegação de que esta concepção “favorece a naturalização de um fenômeno que é histórico e não um fenômeno necessário e insolúvel” (RAGO, 2011). Praticamente não se discute mais, por exemplo, a legitimidade da conduta sexual ou do estilo de vida das prostitutas. A tendência das discussões tem sido deslocada, em grande parte, de um eixo moralista para um eixo mais amplo que engloba questões

políticas e éticas ligadas à defesa dos direitos humanos. Em suma, as transformações do discurso sobre a sexualidade ocasionadas pela chamada “revolução sexual” renovaram também os termos do debate sobre a prostituição, exigindo, portanto, um redimensionamento de sua função social, de sua lógica de funcionamento e da imagem da prostituta no mundo contemporâneo.

Uma das evidências históricas das transformações sociais e políticas no campo da prostituição foram os primeiros movimentos de organização coletiva das prostitutas iniciados em meados da década de 1970, como escreve o sociólogo francês Lilian Mathieu (MATHIEU, 2001). Dentre estes movimentos incipientes, o que teve maior visibilidade se deu em 1975, na cidade de Lyon, França, com a ocupação da Igreja de Saint-Nizier por cerca de uma centena de prostitutas que trabalhavam na cidade.

Apoiada principalmente por associações beneficentes de orientação católica e por algumas feministas, essa mobilização tinha como objetivo central denunciar o assassinato de colegas e protestar contra a intensa repressão policial praticada contra as mulheres que exerciam a prostituição (MATHIEU, 2006). Além das brutalidades sofridas e da exigência do pagamento de multas, as prostitutas estavam sujeitas a irem para a prisão em caso de recidiva, o que poderia levá-las, no caso das que eram mães, a perderem a guarda de seus filhos. Assim, em sua ocupação da igreja de Saint-Nizier, as prostitutas, conforme o relato da historiadora e ex-prostituta Nickie Roberts, fixaram uma grande faixa contendo a seguinte mensagem: “nossos filhos não querem suas mães na prisão”, apelando para o público, também, com uma carta aberta que dizia: “Nós somos mães falando com vocês. Mulheres tentando criar seus filhos sozinhas, o melhor que podem, e que atualmente estão com muito medo de perdê-los” (ROBERTS, 1998, p. 405).

É importante observar que, embora estivessem em pleno pós-maio de 68 – contexto social bastante propício para manifestações e questionamentos das hierarquias e identidades sociais, paradoxalmente, foi usando a estratégia de se ancorar na identidade de mãe que as prostitutas deram, neste primeiro momento, visibilidade à sua mobilização, ganhando simpatia e apoio da sociedade francesa.

Tendo provocado um grande impacto, tanto na imprensa francesa quanto na imprensa internacional, esse estilo de mobilização funcionou como uma espécie de catalisador e o ato de ocupação das igrejas por prostitutas se espalhou para além dos limites da França. Desde então, o movimento de organização social das prostitutas foi se expandindo e se consolidando, tomando novos contornos e vislumbrando novos ideais.

Em 1984, foi criada, na Holanda, uma organização de defesa dos interesses das prostitutas, composta basicamente por mulheres prostitutas e feministas. No ano seguinte, foi realizado o primeiro Congresso Mundial das Prostitutas que, além de dar mais legitimidade e visibilidade ao movimento, instituiu a categoria intitulada “trabalhadora do sexo” em detrimento da categoria “prostituta”, cujo sentido era considerado demasiadamente carregado de estigma.

No início dos anos 90, com a crescente propagação do HIV-Aids, a questão do controle sanitário das prostitutas ressurge com toda força. Entretanto, desta vez, elas puderam se manifestar e se reorganizar formando mesmo parcerias com os órgãos governamentais e não governamentais responsáveis pela implementação das políticas públicas de controle e prevenção da AIDS. Como mostram Serre et alii (1998), muitas prostitutas participaram ativamente dos programas destinados às profissionais do sexo e se empenharam no sentido de se tornarem agentes de prevenção, o que possibilitou a elas continuarem realizando sua atividade, se livrando, pelo menos em parte, do estigma de serem um dos principais “grupos de riscos” (ROBERTS, 1998).

Conforme os trabalhos de Rossana Albuquerque (2008) e Aparecida Moraes (1995), no Brasil, o movimento de organização coletiva das prostitutas, começou a se instituir no final da década de 80, mais especificamente com a realização, em 1987, do primeiro Congresso Nacional de Prostitutas. As reivindicações e queixas das prostitutas brasileiras eram bastante similares àquelas já colocadas pelos movimentos anteriores realizados em outros países, como, por exemplo, os constantes conflitos com a polícia, a falta de segurança e de regulamentação da profissão.

De um modo geral, o movimento de organização coletiva das prostitutas em seus diferentes momentos e contextos, se unificou através de uma reivindicação comum, qual seja, o reconhecimento da prostituição como uma atividade profissional legítima. A própria mudança do nome “prostituta” para “trabalhadora do sexo” marcou uma ação e um desejo de serem reconhecidas como cidadãs e de buscarem uma saída para se livrar do peso do estigma que porta a imagem da prostituta. Com esse movimento, as prostitutas buscavam, sobretudo, recusar a identidade de mulher degenerada ou de vítima da sociedade e se recolocarem socialmente como mulheres trabalhadoras e donas de seu próprio destino. Ou seja, mulheres livres, capazes de escolher, de se organizar, e de exercer sua sexualidade e sua profissão de forma autônoma.

Não foi sem resistências, ambiguidades ou sem retrocessos constantes que este movimento pôde paulatinamente prosseguir e, pelo menos em alguns pa-

íses, se instituir. Na evolução do processo de organização social das prostitutas houve, como em muitos outros movimentos desta natureza, desistências, dissidências e desacordos. Não se trata também de um movimento cujo alcance pôde abranger todas as mulheres prostitutas. Muitas delas, aliás, preferem não se envolver, seja porque se prostituem apenas de forma ocasional e/ou em boas condições, como é o caso das prostitutas ditas de luxo ou semi-luxo; seja porque muitas vezes levam uma vida dupla, não querendo de modo algum sair do anonimato para assumirem publicamente a identidade de prostituta.

De todo modo, apesar dos inúmeros percalços, ambiguidades, avanços e retrocessos, esse movimento de organização coletiva teve papel fundamental na história das prostitutas, talvez nem tanto por suas conquistas sociais e políticas, mas principalmente por ter possibilitado a fala de algumas mulheres que exercem a prostituição. Ou seja, pela primeira vez na história as prostitutas puderam falar delas e, através delas mesmas, dizerem de seu percurso de vida, de seus problemas, de seus medos e, também, de seus sonhos, desejos e aspirações.

Embora não se possa ter a exata medida das mudanças concretas na situação social das prostitutas, principalmente no que diz respeito à intensidade dos estigmas, é indiscutível o fato de que esse movimento de organização coletiva deu maior visibilidade às questões relativas ao comércio do sexo. Fato que acabou levando os Estados a se posicionarem, na medida do possível, mais claramente em relação a suas ações e legislações sobre a questão da prostituição.

Os regimes da prostituição

Do que se pôde formular em termos de legislação sobre a prostituição em diferentes países no mundo, destacam-se atualmente três perspectivas:

- O *proibicionismo*, modalidade de legislação menos praticada, na qual a prostituição é inteiramente proibida, ou seja, é enquadrada criminalmente, punida e vetada por leis específicas;
- O *regulamentarismo* que considera a prostituição como uma profissão, sendo, portanto permitida e regulamentada, levando em conta as especificidades da lei vigente no país que a regulamentou. Os casos mais representativos desta modalidade de legislação são a Alemanha – que garante às prostitutas a maioria dos direitos sociais e trabalhistas – e a Holanda que além da garantia de direitos, oferece cursos de capacitação destinados às profissionais do sexo. Em alguns casos, pessoas deficientes podem até solicitar os serviços de uma profissional do sexo com direito a reembolso pelo plano de seguridade social;

- E, finalmente, o *abolicionismo*, modalidade de legislação mais difundida mundialmente, segundo a qual o exercício prostitucional individual não representa um crime, mas certas atividades ligadas à prostituição como, por exemplo, atentado ao pudor, proxenetismo, tráfico de mulheres etc. são condenadas. Este é o caso do Brasil e de um grande número de países. Sendo que as restrições ao comércio do sexo podem variar de acordo com cada país, como é o caso da França, que proíbe a prostituta de oferecer seus serviços de forma explícita nas vias públicas, ou ainda a Suécia, que é o único país a penalizar o cliente da prostituição.

Cada uma dessas três formas do Estado de lidar juridicamente com a questão da atividade prostitucional, longe de oferecer soluções satisfatórias, cria polêmicas insolúveis, tornando-se alvo de críticas e deixando sempre lacunas e ambiguidades no que diz respeito ao lugar social da prostituição.

O regime proibicionista, por exemplo, é criticado por incitar a prostituição clandestina, deixando a mulher prostituta ainda mais à margem da sociedade. No caso do regulamentarismo, ainda que seja necessário reconhecer alguns benefícios concedidos pela proteção legal do Estado, existem sempre conflitos engendrados pelas discordâncias entre a elaboração, interpretação e aplicação das leis, em cada país, e os desejos e as necessidades concretas da vida cotidiana das prostitutas. Já nas legislações de orientação abolicionista, embora a prostituta seja teoricamente livre para prostituir, os aspectos legais circunscritos à prostituição não são jamais bem definidos. Essa ausência de leis que sejam realmente claras gera, muitas vezes, situações de vulnerabilidade para as prostitutas, na medida em que facilita arbitrariedades de interpretação por parte das autoridades.

Objeto de discussões intermináveis que misturam, de forma muitas vezes obscura, interesses econômicos, questões de ordem moral, de ordem ética e disputas ideológicas, o debate sobre a prostituição tem sido feito não apenas pelos órgãos jurídicos e governamentais, mas também por outros segmentos sociais. Participam deste debate instituições religiosas, associações de assistência às prostitutas e prevenção de DSTs e Aids, militantes feministas e, também, organizações que foram formadas pelas próprias prostitutas para defenderem seus interesses. Nas suas divergências, tais segmentos se dividem numa defesa apaixonada que gira em torno de duas posturas ideológicas praticamente antagônicas, a saber: as posições ditas regulamentaristas e abolicionistas. Posições estas que merecem ser descritas em suas linhas gerais de pensamento, na medida em que constituem a tendência mais atual de debate no que diz respeito ao lugar social da prática prostitucional, aos direitos civis e

à imagem da prostituta, bem como à liberdade no uso do corpo e do sexo no contexto da prostituição.

O abolicionismo é uma corrente de pensamento que defende a idéia de que a prostituta deve ser acolhida e protegida e, ao contrário, aqueles que a exploram devem ser duramente punidos. Trata-se de uma luta cujo objetivo último seria fazer extinguir toda forma de prostituição. Os principais representantes e defensores das idéias abolicionistas no Brasil e na França são algumas associações católicas de assistência às prostitutas, como, por exemplo, o “Mouvement du Nid” e a “Pastoral da Mulher Marginalizada”. Para ambos os segmentos, embora se apoiem em princípios ideológicos distintos, a prostituta é sempre considerada como vítima de um contexto social desfavorável, necessitando, portanto, ser protegida, defendida, apoiada e devidamente reinserida na sociedade. Algumas correntes do movimento feminista se identificam também com esse posicionamento.

Para as associações católicas de assistência às prostitutas, a prostituição é assimilada a uma forma de escravidão, constituindo assim um atentado à dignidade humana e representando uma ameaça ao bem-estar do indivíduo, da família e da sociedade como um todo. Assim, toda a sua estratégia de militância se orienta pelo desejo de “salvar” a mulher prostituta de um destino nefasto, lutar contra o tráfico de mulheres e condenar todos aqueles que a exploram, criando novas possibilidades para a existência de um mundo sem prostituição.

Já no caso das feministas abolicionistas, de um modo muito geral, estas situam a questão da prostituição no contexto mais amplo da problemática da dominação masculina nas relações sociais entre os sexos. A prostituição seria um resultado da opressão social da mulher, constituindo, assim, o símbolo por excelência da inferioridade social e econômica das mulheres. Seguindo essa lógica, a mulher prostituta só poderia ser considerada como uma vítima das estruturas econômicas e patriarcais que sustentam as relações de desigualdade entre os sexos e legitimam as formas opressivas através das quais a sexualidade feminina é mantida sobre controle (PARENT, 1994).

A prostituição feminina seria então a forma mais radical de sujeição à dominação masculina, representando, portanto, uma forma sistemática de violência e de legitimação do controle da sexualidade da mulher. Nesse sentido, a prática da prostituição representaria um paradigma das relações de dominação entre os sexos e, portanto, a liberação das mulheres teria que passar necessariamente por sua eliminação.

Resguardando suas diferenças, os partidários das idéias abolicionistas trabalham sempre em um equilíbrio frágil, difícil e mesmo paradoxal que busca, num

só movimento, “proteger” a mulher prostituta e erradicar a prostituição. Assim sendo, tanto as associações católicas de assistência às prostitutas quanto às feministas abolicionistas se unificam no que diz respeito à luta não apenas contra o tráfico e exploração das mulheres prostitutas, mas também contra toda forma de ação que possa regular e estimular o exercício da prostituição voluntária, como é o caso das posições regulamentaristas.

A posição regulamentarista se sustenta na ideia de que a prostituição deve ser totalmente descriminalizada e reconhecida social e juridicamente como uma atividade profissional legítima que deve ter seus direitos e deveres bem estabelecidos. Sustentada, sobretudo, pelos movimentos associativos das prostitutas, simpatizantes e, também, por alguns segmentos feministas, essa posição busca mostrar que o comércio do sexo não é um vício, uma escravidão ou um atentado à dignidade humana e tampouco o símbolo por excelência do controle masculino sobre a sexualidade da mulher.

Tecendo críticas contundentes tanto em relação à moral católica tradicional quanto à moral das feministas abolicionistas (que muitas vezes aparece travestida de saber acadêmico), as regulamentaristas propõem uma desconstrução dos antigos valores através dos quais os lugares da prostituta e da prática prostitucional foram estabelecidos ao longo do tempo. Ou seja, elas buscam romper com as imagens negativas tradicionais, mostrando que as prostitutas não são mulheres degeneradas, desviantes, ou que sofrem de problemas sociais ou psicológicos específicos, mas, ao contrário, são mulheres comuns como todas as outras, que compartilham das mesmas necessidades que são comuns aos seres humanos.

Assim, recusando a representação da prostituta como uma vítima da sociedade, as regulamentaristas defendem a ideia de que o ato de se prostituir é uma forma de trabalho que pode ser também voluntária e conscientemente escolhida. Colocando-se contra o tráfico e exploração de mulheres, elas afirmam mesmo que, sem o devido reconhecimento da prostituição voluntária, o combate à prostituição forçada não será jamais efetivo. Um artigo intitulado “Nem culpadas nem vítimas: livres para se prostituir”, publicado no jornal *Le Monde* em 2003, ilustra bem a posição das partidárias do regime regulamentarista que fazem o seguinte protesto:

[...] nós fazemos oposição a todos aqueles que pretendem dizer às mulheres o que elas devem fazer de seu próprio corpo e de sua sexualidade. Nós fazemos oposição àqueles que visam reprimir a atividade prostitucional ao invés de tentar desestigmatizá-la [...] a fim de que aquelas que escolheram e que concebem a prostituição como uma profissão autêntica possam exercê-la nas melhores condições possíveis. Nós pensamos que, impedindo a prostituição de ser uma relação contratual,

as prostitutas são condenadas à violência de rua e à arbitrariedade da polícia. Insistir um espaço de prostituição livre permitiria combater de forma mais eficaz as verdadeiras redes de escravidão sexual, sem prejudicar aqueles e aquelas que não têm nada a ver com esta atividade criminal (LE MONDE, 2003).

Embora reconheçam a violência e os riscos que assolam cotidianamente sua atividade, as prostitutas regulamentaristas não vêem na relação com os cafetões ou com os clientes os principais problemas que elas precisam enfrentar. Mesmo se, algumas vezes, elas se vêem em situações de perigo real das quais nem sempre é possível escapar, elas não se colocam como meras vítimas, totalmente incapazes de agir. De fato, muitas delas demonstram habilidade na criação de estratégias e manobras – que são tanto construídas na experiência direta quanto transmitidas pelas prostitutas mais experientes – para lidarem com a violência própria de sua atividade (2002). Na verdade, segundo elas, suas maiores dificuldades vêm do estigma que atravessa de forma pungente a imagem da prostituta e da falta de leis eficazes e condizentes com os problemas concretos do cotidiano no exercício da prostituição. Elas apontam a estigmatização da prostituta e a criminalização das atividades ligadas à prostituição como os fatores mais determinantes na sua vulnerabilidade face aos cafetões, aos clientes e até mesmo face à polícia. Daí a importância de se entender esse processo de estigmatização, que faz da prostituição uma profissão que, além dos riscos, como em qualquer outra profissão, tem também a violência como sendo própria de sua atividade.

O enfrentamento do estigma da prostituição e seus impasses

As idéias regulamentaristas mais atuais propõem novas definições para a prostituição e tentam construir uma nova imagem para as prostitutas. Um exemplo bem sucedido do alcance dessa linha de pensamento se deu no Brasil com a criação, em 2005, da grife DASPU – que teve grande repercussão na mídia nacional e internacional – lançada pela ONG DAVIDA, coordenada por Gabriela Silva Leite, que foi presidente da Rede Brasileira de Prostitutas (RBP). Trata-se de uma grife administrada, divulgada e apresentada em desfiles pelas prostitutas do Rio de Janeiro. A escolha do nome DASPU faz, de maneira irreverente e bem humorada, referência, ao mesmo tempo, às prostitutas e à DASLU, grife de luxo, cuja loja é frequentada pelas “madames” da alta sociedade paulistana. O objetivo dessa iniciativa é fazer da moda um instrumento não apenas de divulgação das causas políticas e trabalhistas defendidas pelo movimento de prostitutas, mas também valorizar a imagem da mulher que se prostitui e quebrar antigos tabus contra a prostituição.

Gabriela Leite foi até as últimas consequências em seu projeto: ela recusou o nome “trabalhadora do sexo”, preferindo o nome “prostituta”, pois considerava a prostituição como um trabalho que representa não a venda do corpo, mas a arte de negociar fantasias. Quanto à prostituta, nome que ela declarava achar bonito, esta poderia ser comparada a uma artista, artista do prazer e do sexo. A reivindicação de Gabriela pela manutenção do significante “prostituta/puta” faz sentido na medida em que pode estar indicando o lugar da diferença da puta, que pode ser vista como o exterior constitutivo da mulher, permanentemente ameaçando romper a fronteira que as separa, colocando em xeque a própria concepção do que seja a mulher.

Em resumo, os novos discursos regulamentaristas que começaram a surgir com a organização coletiva das prostitutas buscam valorizar tanto a prostituição quanto a mulher prostituta, exigindo melhores condições de trabalho, garantia dos benefícios concedidos às profissões legais, assim como a proteção dos direitos e da liberdade civil das mulheres que se prostituem, inclusive autonomia no uso do corpo e da sexualidade. Essa valorização é, sem dúvida, importante. Porém, consideramos que sua emancipação implica levar em conta o processo de abjeção que posiciona a prostituta como o avesso do binarismo que constitui o que seja uma mulher, isto é, será preciso mostrar como o significante prostituta/puta está inextricavelmente ligado ao significante mulher.

As posições abolicionistas e regulamentaristas acima descritas atravessam invariavelmente de forma direta ou indireta todos os debates contemporâneos sobre a prostituição. Antagonicamente, enquanto um campo milita pela erradicação da prostituição, o outro luta para instituí-la dentro do sistema de mercado que legitima e regulamenta as profissões. Assim, cada segmento visa, ao mesmo tempo, reafirmar suas ideologias e rejeitar com veemência aquelas que estão em oposição, suscitando questões polêmicas que, por mais que sejam discutidas, permanecem sem respostas:

A legalização da prostituição reduziria a vulnerabilidade, as desigualdades e abusos sofridos pelas prostitutas ou representaria um retrocesso na luta a favor da promoção dos direitos humanos e do lugar da mulher na sociedade?

A prostituição deveria ser erradicada em nome da dignidade humana, ou deveria ser regulamentada em nome do direito à liberdade individual e do consentimento autônomo?

A prostituta estaria realmente exercendo sua liberdade quando ela dispõe do corpo até o limite da alienação? Ou seja, ela está exercendo sua liberdade individual quando se sujeita inteiramente ao cliente que paga por seus serviços?

○ cliente também deve ser penalizado por contratar um serviço sexual, incentivando assim o comércio do sexo?

Havendo um contrato e consentimento entre as partes envolvidas, o que poderia ter de ilegítimo no ato de fazer do sexo e do corpo um instrumento de compra e venda?

Cliente e prostituta estão em situação de igualdade de poder de maneira que o estabelecimento do contrato e do consentimento mútuo sejam realmente baseados em uma relação igualitária?

○ trabalho sexual seria mais degradante ou mais problemático que qualquer outro tipo de trabalho? A prostituição, assim como toda profissão, não poderia ter também os seus “ossos do ofício”?

Enfim, essas são apenas algumas das polêmicas de difícil solução resultantes do antagonismo e das contradições que orientam não apenas as ações políticas e jurídicas, mas também posições éticas e morais em relação à prostituição na atualidade.

Tomando outra direção, Mathieu (2007) critica tanto os princípios da posição abolicionista quanto os princípios da posição regulamentarista, considerando que ambas as posições demonstram um desconhecimento sociológico sobre a realidade prostitucional. Para Mathieu, a prostituição não é nem uma forma de escravidão, nem uma profissão e nem mesmo um mercado, mas um espaço social complexo no interior do qual convivem vários atores, várias formas de relação de poder e de exercício da sexualidade. O ponto comum que ligaria estes múltiplos universos seria a onipresença da violência.

De fato, dificilmente ouve-se falar de prostituição sem que a questão da violência seja levantada. Violência moral e psicológica provocada pelo próprio estigma que pesa sobre o lugar social da prostituta, mas também violências mais explícitas vindas da relação com os cafetões, agressões verbais e físicas vindas de bandos de jovens que passam pela rua, de clientes e também da polícia. Como comenta Roberts:

[...] praticamente todas as prostitutas, especialmente as de rua, têm uma história de estupro para contar; e a ameaça de assassinato está presente assim que um cliente se torna ostensivamente violento. [...] uma ex-prostituta que trabalha no elegante Park Lane de Londres, teve uma experiência que todas as prostitutas de rua temem, quando ela e uma colega foram abordadas por três homens fingindo-se de clientes... ameaçadas com uma faca e levadas até a auto-estrada... ambas foram estupradas e fisicamente abusadas. [...] As prostitutas que escapam de situações deste tipo não podem recorrer à lei, pois a resposta que a polícia lhes dá é inevitavelmente a indiferença (ROBERTS, 1998, p. 355).

Em uma matéria realizada em 2007, divulgada no site do Núcleo de Estudos de Violência da Universidade de São Paulo, Gabriela Leite, citando alguns casos divulgados recentemente pela imprensa brasileira, declara que, embora não haja ainda um levantamento estatístico, a violência contra prostitutas no Brasil está crescendo diariamente. Gabriela afirma ainda que a violência sempre aconteceu, mas sempre foi muito pouco denunciada, pois, quando se faz a denúncia, a própria polícia condiciona a agressão ao fato de a vítima ser prostituta.

○ alcance da dimensão do estigma e da violência ligada à prostituição aparece nitidamente no fato acontecido no Rio de Janeiro no dia 23 de junho de 2007. Por volta de cinco horas da madrugada, um grupo de jovens universitários de classe média alta roubou e agrediu a socos e chutes uma mulher de 32 anos que estava parada em um ponto de ônibus, próximo ao local onde trabalhava como empregada doméstica. Ao serem detidos e interrogados sobre o motivo que os levaram a agredir a mulher, os participantes do grupo disseram que a haviam confundido com uma prostituta, como se o fato de ser ou parecer uma prostituta pudesse, por si só, justificar esse tipo de violência.

Esse caso vem reafirmar a maneira arraigada com que os preconceitos e estigmas atravessam a questão da prostituição. Para Ghail Petherson (2001), sendo a prostituição uma instituição que proporciona condições para a regulação das relações sociais entre os sexos, todo comportamento feminino considerado transgressivo, em um determinado contexto, pode ativar o estigma de prostituta e, em consequência, é ativado também todo o sistema punitivo que dele resulta. O estigma fortemente vinculado à imagem da prostituta ilustra bem a permanência, ainda hoje, de certas modalidades de relação entre os sexos e do lugar da mulher na sociedade. Nesta medida, o estigma da prostituta pode se aplicar a qualquer mulher — apesar de todas as conquistas das mulheres — que se desvie dos papéis e lugares que lhe foram tradicionalmente designados. Um modo de vestir, de olhar, uma atitude, ou o mesmo o fato de estar sozinha de madrugada em um ponto de ônibus, como a mulher agredida no Rio de Janeiro, pode ser suficiente para que ela seja taxada de prostituta e, portanto, uma mulher a quem certos homens ainda se sentem no direito de agredir.

Inúmeras mulheres que procuram a Delegacia de Mulheres para denunciar a violência que sofrem dentro de sua casa frequentemente relatam que seus companheiros as chamam de putas. Para elas, geralmente, esse é o pior insulto e dói mais do que uma surra de verdade. Essa desconfiança dos homens de que suas mulheres são putas e o horror das mulheres de serem identificadas

como putas mostra como o fantasma da abjeção ronda as fronteiras que o sujeito mulher tenta manter intactas a todo custo. É importante observar, no entanto, que, embora seja fato que, dependendo do seu comportamento e do contexto em que se encontra, qualquer mulher possa ser considerada uma “puta”, quando se trata de uma mulher que realmente se prostitui, a situação pode ser mais complicada. Isto porque a mulher que exerce a prostituição não é apenas considerada como sendo uma prostituta em potencial: ela é prostituta e, portanto, ela encarna o estigma (PETHERSON, 2001).

Um evento explorado amplamente e com grande sensacionalismo pela mídia mundial mostra como essa carga moral ainda pesa sobre a prostituição. Em fevereiro de 2008, Eliot Spitzer, Governador de Nova York, que ganhou destaque nacional como um defensor feroz da ética na vida pública, foi pego em uma escuta federal, marcando um encontro com uma prostituta de luxo em um hotel de Washington.

Em resposta, Spitzer fez uma aparição pública durante a qual ele pediu desculpas por seu comportamento: “Eu agi de uma forma que viola minha obrigação com a minha família e violei o meu próprio senso do que é certo ou errado... Não consegui fazer jus ao padrão que eu esperava de mim mesmo... Peço desculpas para a minha família e para o público, a quem eu prometi o meu melhor”.

Embora tenha se apressado em se retratar publicamente, o partido republicano do estado exigiu de forma veemente a renúncia do governador. Eliot Spitzer teve então sua reputação desfeita por revelações de seu envolvimento com prostitutas, sendo obrigado a renunciar ao seu mandato. Havia quase um século que um governador de Nova York não era obrigado a deixar o cargo em meio a um escândalo.

No Brasil, nesta mesma época, Ronaldo, jogador de futebol brasileiro, internacionalmente conhecido, na noite do dia 27 de abril de 2008, após deixar a namorada em casa, foi a uma boate e contratou os serviços de três prostitutas. No desenrolar dos fatos, Ronaldo – “traído pelo desejo” – descobriu que não se tratavam de mulheres, mas sim de travestis. Então, segundo a sua versão dos fatos, resolveu pagar pelos serviços e encerrar o programa. Porém, uma das prostitutas recusou a proposta e pediu uma grande quantia de dinheiro para se calar, ou seja, para que o caso não fosse levado para a imprensa. Ronaldo se indignou com a chantagem e o caso foi parar na delegacia de polícia, tendo o evento se tornado um escândalo com grande repercussão nacional e internacional. Ao prestar depoimentos, Ronaldo se justificou ao delegado, dizendo que estava psicologicamente abalado, preocupado com sua

carreira profissional em função dos problemas em seu joelho e, por isso, precisava se divertir, relaxar um pouco, fora de seu relacionamento e do seu meio de convivência.

Durante a semana subsequente, não se falou de outra coisa no Brasil. O “escândalo” e suas nuances – que tiveram apenas algumas partes resumidas aqui – além de ter se tornado alvo de chacota nos principais programas humorísticos brasileiros, esteve também presente nas manchetes de jornais em vários países do mundo.

Para contornar a situação, no dia 04 de maio, Ronaldo se retratou publicamente no “Fantástico”, um dos programas de maior audiência da televisão brasileira. Afirmando varias vezes que esse não é um comportamento habitual e que o acontecimento foi um fato isolado em sua vida, Ronaldo se declarou extremamente arrependido, culpabilizado e envergonhado – vale destacar que vergonha foi uma das palavras que mais apareceu na sua fala durante a entrevista. Ao ser indagado se ele se sentiria menos envergonhado se as prostitutas fossem mulheres e não travestis, ele negou dizendo que mesmo se fossem mulheres, como ele havia pensado quando as contratou, continuaria classificando o seu ato como imperdoável, a maior besteira que já fizera, algo que mancharia a sua imagem para o resto da vida.

Enfim, não se pode saber exatamente o que se passara, no âmbito privado, entre Ronaldo e as prostitutas que ele contratou. Também não se pode afirmar com certeza os motivos que o levaram a se retratar publicamente da forma como ele o fez. De toda maneira, Ronaldo, como um homem público com uma imagem a preservar, fez o que a sociedade dos “bons costumes” – a mesma sociedade que fala de direito à opção sexual e de liberdades individuais – esperava que ele fizesse. Ou seja, na posição social em ele que se encontra e diante de um acontecimento que envolve prostituição e outras transgressões, Ronaldo, o “Fenômeno”, como é conhecido, não poderia se colocar publicamente de outra forma que não fosse como arrependido, culpabilizado e envergonhado.

Estes são apenas dois exemplos dentre muitos outros que mostram que *affaires* envolvendo prostituição, homens públicos e representantes do poder são fatos recorrentes na nossa história.

A prostituição absorve os avanços do desenvolvimento econômico e tecnológico, incorporando também aspectos da transformação dos discursos sobre a sexualidade nos diferentes momentos históricos. Numa constante reatualização e adaptação, a prostituição vem se adequando às novas exigências do mundo globalizado e do crescente comércio do sexo, se expandindo com a sofisticação do uso das novas tecnologias – como é o caso, por exemplo, da

prostituição de estudantes universitárias (CLOUET, 2008), geralmente garotas independentes que utilizam internet e criam blogs pessoais para atrair seus clientes. Como mostra Rago:

[...] também causa espanto constatar que nem a “revolução sexual” do fim dos anos sessenta nem o feminismo das décadas seguintes foram suficientemente fortes para abalar a estrutura da prostituição. Ao contrário, esta reformulou-se, diversificou-se e sofisticou-se no mundo pós-moderno, crescendo de forma alarmante. *Books* de garotas de programa gentilmente oferecidos em hotéis caros ou baratos, contatos por internet ou por telefone, agências de encontro ou voltadas para o turismo sexual, motéis, casas, clubes e clínicas de massagem, seções de classificados nos jornais de grande circulação, são inúmeras as formas que favorecem e incitam a expansão do comércio do prazer (RAGO, 2011, p.231).

De fato, as exigências do mercado e as novas tecnologias, sobretudo a Internet, estão expandindo e mudando os modos tradicionais de prostituição. Nos últimos anos, milhares de prostitutas colocaram na rede os seus próprios sites, incluindo suas fotos e informações de contatos. Um artigo publicado no *New York Times* no dia 17 de Junho de 2008 ressalta a modernização e sofisticação da prostituição na atualidade, iniciando com a seguinte frase: “Os livros têm a Amazon. Os classificados tem a Craigslist. As prostitutas têm o *The Erotic Review*”. Trata-se de um web site que, segundo o jornal, está mudando a cena da prostituição nos Estados Unidos. Recebendo cerca de 500 mil a 1 milhão de visitantes por mês, o *Erotic Review* funciona como diversos outros sites destinados aos consumidores de produtos em geral. Seus visitantes podem procurar prostitutas por cidade ou código de área e encontrar informações mais detalhadas sobre os serviços oferecidos. Esse web site possui ainda um espaço para que seus usuários façam uma avaliação das suas experiências com as prostitutas em uma escala de 0 a 10, podendo também deixar comentários sobre a qualidade e seriedade na prestação dos serviços. O artigo informa também que o dono da agência tem recebido acusações de violência contra prostitutas e que se acha na mira de outras agências de *escort* que, baseadas em leis antitrustes, tem acusado o *The Erotic Review* de concorrência desleal.

Continuando a discussão...

A prostituição interroga, ao mesmo tempo em que desvela, muitos dos mecanismos que estão subjacentes aos discursos que sustentam e legitimam as manifestações da sexualidade consideradas como próprias ou impróprias. Nesse sentido, é de fundamental importância continuar a teorização da prostituição produzida como diferença. Consideramos que não basta tornar visível

essa diferença possibilitando a fala das prostitutas. Embora sua fala seja sim importante, é preciso ir além para entender como se dá a produção dessa diferença, através da abjeção levando ao estigma e à violência. E, a partir daí, nos perguntarmos quão novas são as *novas*(?) faces da prostituição e de que maneira ela pode estar nos revelando o “violento e inominável avesso” das estruturas que regulam a satisfação sexual no mundo civilizado?

Referências

- ALBUQUERQUE, Rossana Maria. **Para além da tensão entre moral e economia: reflexões sobre a regulamentação da prostituição no Brasil**. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Universidade Federal do Alagoas. Maceió, 2008.
- BUTLER, Judith. “Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do ‘sexo’”, In: Louro, Guacira Lopes (org.), **O Corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 1999, 151-172.
- PRINS, Baukje e MEIJER, Irene. “Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler”. Trad. Susana Funck. **Revista Estudos feministas**, vol. 10, no. 1, 2002, 155-167.
- CLOUET, Eva. **La Prostitution étudiante à l’heure des nouvelles technologies de communication**. Paris: Edition Max Milo. 2008. (resenha de livro, Publié le 14/02/2008 N°1848 **Le Point**)
- DERRIDA, Jacques. “Différance”, In: **Margins of Philosophy**. Trad. Alan Bass. Chicago: The University of Chicago Press, 1982, 1-27.
- DORLIN, Elsa. “Les putes sont des hommes comme les autres”. **Raisons Politiques**, N° 11, out., 2003, 117-132. Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de Saber**. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1977.
- MARZANO, Michela. “Et si je meurs avant mon suicide, c’est qu’on m’aura assassinée: Pensées libres autour de la prostitution”. **Raisons politiques**, N° 11, out., 2003, 133-148. Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques.
- MATHIEU, Lilian. **Mobilisations de prostituées**. Paris Belin, coll. Socio-histoires, 2001.
- *La Condition prostituée*, coll. “**La Discorde**” Textuel, Paris. 2007

- “Débat d’étudiants avec des prostituées à l’université de Lyon II en avril 1976”, *Clio*, número 17/2003, **Prostitués**, [En ligne], mis en ligne le 27 novembre 2006. Disponível em: <http://clio.revues.org/document588.html>. Acesso em: 01. Jul. 2008.
- PARENT, Colette. “La ‘prostitution’ ou le commerce des services sexuels”. In: **Traité des problèmes sociaux**, 393 - 410. Québec: Institut québécois de recherche sur la culture, 1994.
- MORAES, Aparecida. **Mulheres da vila: prostituição, identidade social e movimento associativo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.
- PHETERSON, Gail, **Le prisme de la prostitution. Bibliothèque du féminisme**. Paris: L’Harmattan, 2001.
- POULIN, Richard. “LE TEMPS DE LA VÉNALITÉ SEXUELLE”: Prostitution, crime organisé et marchandisation”. **Actuel Marx en ligne** n°28 (11/11/2004). Disponível em: <http://netx.u-paris10.fr/actuelmarx/mainm.htm>. Acesso em: 20 set. 2013.
- RAGO, Margareth. “A prostituição ontem e hoje”. In: GRILLO, José Geraldo Costa. (org.); GARRAFFONI, Renata Senna. (org.); FUNARI, Pedro Paulo. (org.). **Sexo e violência: realidades antigas e questões contemporâneas**. São Paulo: Annablume, 2011, 211-225.
- ROBERTS, Nickie. **As prostitutas na história**. Tradução (Magda Lopes) Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos. 1998.
- ROTMAN, Patrick. et al. “Mai 68 comme on ne vous l’a jamais montré”. **Historia**, n° 736. Avril, 2008.
- SERRE, A, Schutz-Samson M, Cabral C, et al. “ Conditions de vie de personnes prostituées : conséquences sur la prévention de l’infection à VIH. Le sida e les femmes”. **Annales du séminaire de coopération France-Brésil**. Ministère de la Santé, Bahia, 1998.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. “A produção social da identidade e da diferença”. In: SILVA, T. T. (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 7a. Edição. Petrópolis: Editora Vozes, 2007, 73-102.
- WELZER-LANG, Daniel. “ Quand le sexe travaille ou une loi peut cacher une autre...” . **Travailler**. 2003/1, n° 9, 207-222.

Recebido em 20 de julho de 2014

Aprovado em 30 de setembro de 2014